



Demonstrações Financeiras

2022

Minupar Participações S.A.

Companhia aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161

Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	3
2. Relatório da administração.....	11
3. Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....	17
4. Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes.....	18
5. Parecer do conselho fiscal.....	19
6. Balaço Patrimonial.....	20
7. Demonstrações de Resultados.....	21
8. Demonstrações dos fluxos de caixa.....	22
9. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido.....	23
10. Demonstração do Resultado Abrangente.....	24
11. Demonstração do Valor Adicionado.....	25
12. Notas Explicativas.....	26

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Minupar Participações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Minupar Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia possui passivo a descoberto individual e consolidado (patrimônio líquido negativo) de R\$ 335.771 mil em 31 de dezembro de 2022, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, na manutenção dos resultados positivos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2022 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abatimentos de aves, por prazo determinado, que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota explicativa 01, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa 01, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 9, 10, e 11 a face à obrigatoriedade de testar anualmente o Impairment de ativos de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia e suas controladas direta e indiretas avaliaram a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2022 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributárias.

3. Obrigações tributárias não parceladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui o montante de R\$ 476.390 relativo obrigações tributárias não parceladas, em função dos montantes envolvidos e de que nos anos de 2018 e 2019 a Companhia efetuou a recomposição e a atualização destas obrigações na contabilidade como base as informações apresentadas pelos respectivos órgãos fiscais, Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:

- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.
- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes passivas em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e leitura do Fato Relevante divulgado a respeito das ações cíveis em andamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 16 de março de 2022, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, e como principais assuntos de auditoria “PAA” os assuntos relacionados são: (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida; (2) Impostos e

contribuições sociais – Programas de parcelamento, (3) Obrigações tributárias não parceladas, (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 09 de março de 2023.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

CNAIPJ 00023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

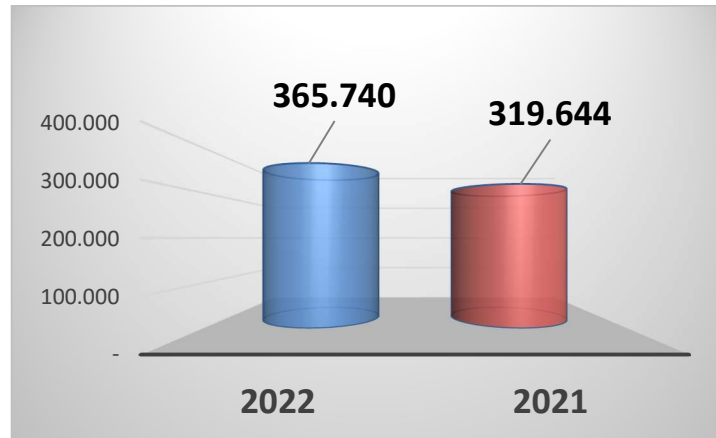
Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2022. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Receita Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 365.740 no exercício de 2022 e de R\$ 319.644 no exercício de 2021. O aumento em torno de 14,42% na receita líquida da Companhia está associado basicamente aos seguintes fatores:

- a) Volume de venda de embutidos do período de 2022 foi de aproximadamente 1,6 toneladas a maior do que do mesmo período em 2021;
- b) Reajuste de contrato de prestação de serviços para outra empresa do ramo, e;
- c) Alteração no formato de comercialização de embutidos para Mercado Externo, de forma que a maior parte das vendas realizadas em 2022 tem ocorrido pela modalidade CFR - Cost and Freight, ao passo que no ano anterior, a maioria das vendas era praticada na forma FOB - Free On Board, e devido a este motivo, os custos logísticos com fretes são repassados no preço final ao cliente, ocasionado um aumento na receita líquida e consequentemente na rubrica de “Despesas com Vendas”.



No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

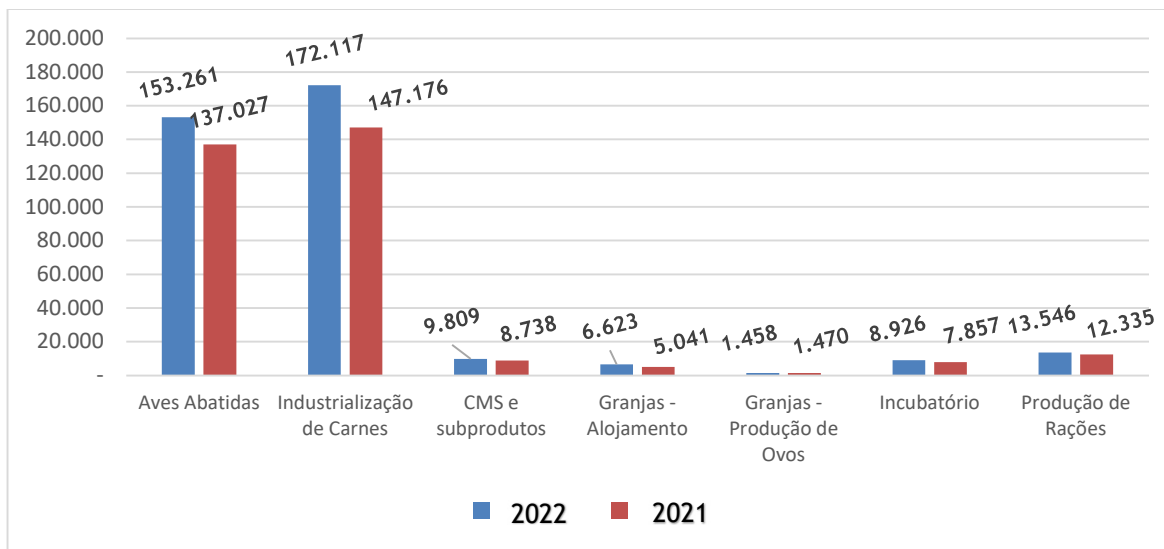
Resultado detalhado por atividade:

Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2022	2021	%	2022	2021	%	2022	2021	%
	Aves abatidas (un/mil)	44.363	44.608	-1%	-	-	0%	44.363	44.608
Industrialização de carnes (ton)	10.583	10.338	2%	17.002	15.615	9%	27.585	25.953	6%
CMS e subprodutos (ton)	46.233	35.383	31%	-	15	-100%	46.233	35.398	31%
Granjas - Alojamento (un/mil)	455.810	414.691	10%	-	-	0%	455.810	414.691	10%
Granjas - Produção de Ovos (un/mil)	7.535	8.392	-10%	-	-	0%	7.535	8.392	-10%
Incubatório - Produção de Pintos (un/mil)	58.352	59.701	-2%	-	-	0%	58.352	59.701	-2%
Produção Rações (ton)	257.012	245.924	5%	-	-	0%	257.012	245.924	5%

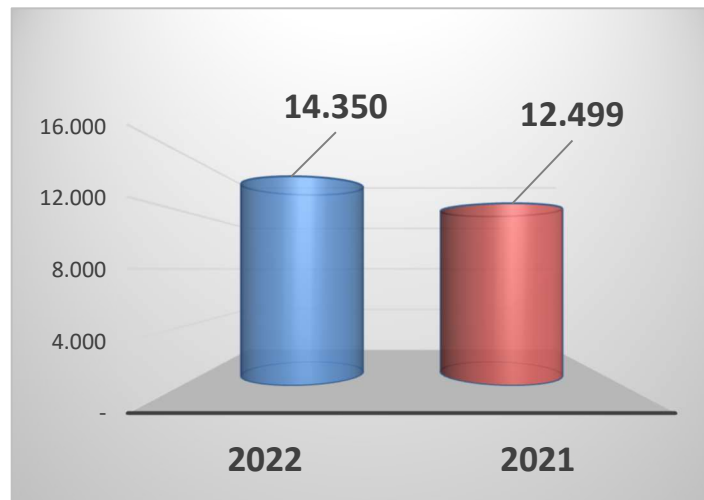
Informações em R\$ Mil

Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2022	2021	%	2022	2021	%	2022	2021	%
Aves Abatidas	153.261	137.026	12%	-	-	0%	153.261	137.026	12%
Industrialização de Carnes	61.582	54.342	13%	110.535	92.835	19%	172.117	147.177	17%
CMS e subprodutos	9.809	8.701	13%	-	37	-100%	9.809	8.738	12%
Granjas - Alojamento	6.623	5.041	31%	-	-	0%	6.623	5.041	31%
Granjas - Produção de Ovos	1.458	1.470	-1%	-	-	0%	1.458	1.470	-1%
Incubatório - Produção de Pintos	8.926	7.857	14%	-	-	0%	8.926	7.857	14%
Produção de Rações	13.546	12.335	10%	-	-	0%	13.546	12.335	10%
Total	255.205	226.772	13%	110.535	92.872	19%	365.740	319.644	14%

Receita líquida anual de 2022 e 2021, comparativo por atividade:



Despesas gerais e administrativas



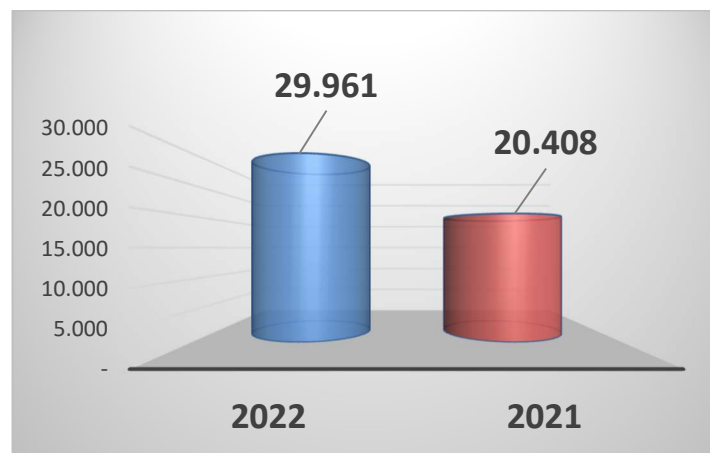
Ao passo que a Companhia apresenta um aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas também apresentaram um aumento de 14,81%, a quais totalizaram R\$ 14.350 em 2022, e R\$ 12.499 em 2021.

Despesas com vendas

No exercício de 2022 as despesas com vendas totalizaram R\$ 29.961, sendo que no exercício de 2021 ficou em R\$ 20.408, equivalentes a 8,19% e 6,38% respectivamente da receita operacional líquida.

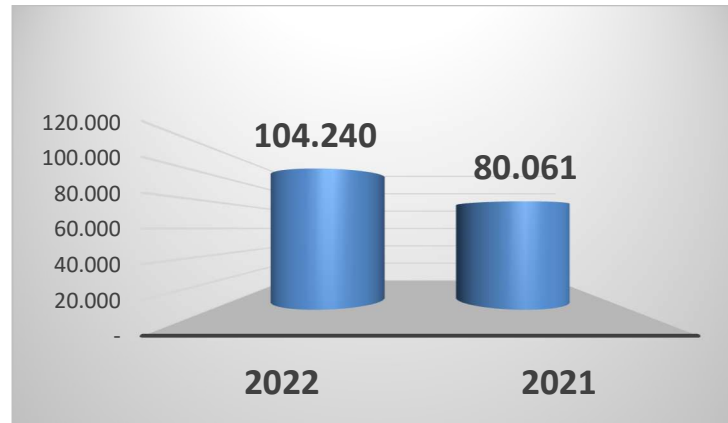
Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2022, quando comparadas com as despesas de vendas de 2021, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo.



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 104.240 no exercício de 2022, equivalente a 28,50% da receita operacional líquida. No exercício de 2021 alcançou R\$ 80.061 equivalente a 25,05% da receita operacional líquida.



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro líquido do período	6.555	33.810
(+) Impostos	6.437	8.869
(+) Resultado financeiro	30.934	12.834
EBIT / LAJIR	43.926	55.513
(+) Depreciações e amortizações	7.017	6.408
EBITDA / LAJIDA	50.943	61.921
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	18.278	(9.562)
EBITDA / LAJIDA - Ajustado	69.221	52.359
Receita Líquida	365.740	319.644
Relação % EBITDA ajustado	18,93%	16,38%

- (a) Os valores demonstrados no quadro acima referente ao exercício de 2022, classificados como “eventos não recorrentes” referem-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (Impairment)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais, conforme notas explicativas nº 25 e nº 26, respectivamente. Em relação ao exercício de 2021, o montante de R\$ 9.562 refere-se ao valor apurado referente a créditos fiscais de ICMS na base do PIS e COFINS, conforme informação divulgada em nota explicativa nº 7 - Impostos a Recuperar.

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações

Conforme é demonstrado no quadro acima, o EBITDA ajustado consolidado da Minupar nos anos de 2022 e 2021 foi respectivamente, de R\$ 69.221 ou 18,93% da receita líquida e R\$ 52.359 ou 16,38% da receita líquida, representando uma estabilidade de um ano para outro.

Recursos Humanos

Situação	dez/22	dez/21	Variação	
			Qtde	%
Funcionários Ativos	2.483	2.524	(41)	-1,62%
Funcionários Afastados	246	298	(52)	-17,45%
Total	2.729	2.822	(93)	-3,30%

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários ativos manteve-se basicamente no mesmo patamar, apresentando uma pequena redução de 3,30% do quadro em 2022 quando comparado com 2021.

Situação Jurídica

A Companhia encerrou o ano de 2022 com um total de 458 Reclamatórias Trabalhistas em andamento, o que representa 190 ações a menos em relação ao final do ano de 2021, data em que havia 648 reclamatórias. No ano de 2021 foram ajuizadas 156 novas reclamatórias, enquanto no ano de 2022 foram protocoladas 125, ou seja, uma redução de 19,87% em relação ao ano anterior. Entretanto, durante o ano de 2022 foram baixados e arquivados 272 Reclamatórias, causando redução expressiva no total de processos em andamento. A Companhia atribui essa redução de processos aos esforços empregados tanto no trabalho preventivo, quanto na realização estratégica de acordos e na mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito. Do total, 48 processos estão suspensos pelo Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento em âmbito nacional. Além disso, ainda são 59 processos decorrentes do fechamento da unidade de Passo Fundo - RS em 2015, ou seja, 12,88% do total. Todos os processos estão registrados em sistema interno e sendo cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico da Companhia junto ao escritório de advocacia externo.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R\$ 120.108, composto por 7.100.100 ações. No transcorrer do ano de 2022, as ações da Companhia estiveram presentes em 11.765 negociações realizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, totalizando R\$ 14.799.314,92.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais

peças físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Companhia é auditada pela empresa Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., a qual possui registro na CVM nº 01236-0.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 09 de março de 2023.

A Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lajeado, 09 de março de 2023.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lajeado, 09 de março de 2023.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Minupar Participações S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou:

- (i) as demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) o Relatório da Administração; e
- (iii) o relatório sem ressalvas emitido pela Bakertilly Brasil RS Auditores Independentes S/S em 09 de março de 2023.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam que as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Lajeado, 09 de março de 2023.

Maria Elvira Lopes Gimenez
Conselheira Fiscal

Celso Cândido Filho
Conselheiro Fiscal

Henrique Barcelos Ercoli
Conselheiro Fiscal

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de R\$)

	NE	Controladora		Consolidado			NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21			31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.250	-	10.550	859	Fornecedores		264	264	14.975	13.386
Contas a receber	5	-	-	120.072	102.721	Salários e encargos sociais a pagar	12	148	156	15.565	13.820
Estoques	6	-	-	16.477	12.306	Empréstimos e financiamentos		-	-	126	107
Adiantamentos a fornecedores		-	-	973	183	Adiantamento de clientes		-	-	11.690	11.566
Impostos a recuperar	7	-	2	13.026	10.225	Obrigações tributárias	13	19	16	476.390	461.299
Outros ativos	8	-	-	1.340	1.303	Parcelamentos	14	25	29	6.147	7.386
						Impostos diferidos	15	-	-	1.468	2.552
Total do Ativo Circulante		5.250	2	162.438	127.597	Outros passivos		943	953	13.448	3.300
						Total do Passivo Circulante		1.399	1.418	539.809	513.416
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Depósitos judiciais	17	1	1	6.576	6.322	Partes relacionadas	16	41.753	28.727	33.726	32.902
Partes relacionadas	16	5.777	5.777	125	54	Empréstimos e financiamentos		-	-	160	250
Outros ativos	8	6.134	13.253	9.577	16.613	Parcelamentos	14	190	207	28.552	29.425
Impostos a recuperar	7	-	-	298	331	Impostos diferidos	15	-	-	16.839	17.386
Propriedade para investimento	9	-	-	25.857	25.878	Provisão para contingências	17	-	700	14.887	17.713
Imobilizado	10	-	-	92.713	89.787	Provisão para perda de investimentos	9	309.591	331.808	-	-
Intangível	11	-	-	304	349	Outros passivos		-	-	-	-
						Total do Passivo Não Circulante		351.534	361.442	94.164	97.676
Total do Ativo Não Circulante		11.912	19.031	135.450	139.334	Patrimônio Líquido					
						Capital social	18	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	18	37.067	37.581	37.067	37.581
						Prejuízo acumulado		(499.180)	(503.787)	(499.180)	(503.787)
						Outros resultados abrangentes	18	-	(1.522)	-	(1.522)
						Reserva de Incentivos Fiscais	18	6.234	3.793	6.234	3.793
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(335.771)	(343.827)	(335.771)	(343.827)
						Participação dos não controladores		-	-	(314)	(334)
						Total do Patrimônio Líquido		(335.771)	(343.827)	(336.085)	(344.161)
Total do Ativo		17.162	19.033	297.888	266.931	Total do Passivo		17.162	19.033	297.888	266.931

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Receita operacional líquida	21	-	-	365.740	319.644
Custos operacionais	22	-	-	(261.500)	(239.583)
Lucro bruto		-	-	104.240	80.061
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(717)	(945)	(14.350)	(12.499)
Com vendas	24	-	-	(29.961)	(20.408)
Outras despesas operacionais	25	(8.936)	(1.006)	(26.955)	(9.046)
Outras receitas operacionais	26	2.251	3.886	10.952	17.405
Total despesas operacionais		(7.402)	1.935	(60.314)	(24.548)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(7.402)	1.935	43.926	55.513
Resultado de equivalência patrimonial	9	20.695	37.142	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		13.293	39.077	43.926	55.513
Despesas financeiras	27	(6.760)	(5.303)	(47.450)	(30.780)
Receitas financeiras	28	1	-	16.516	17.946
Resultado financeiro		(6.759)	(5.303)	(30.934)	(12.834)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		6.534	33.774	12.992	42.679
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	-	-	1.630	(1.247)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.1	-	-	(8.067)	(7.622)
Lucro líquido do exercício		6.534	33.774	6.555	33.810
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		-	-	6.534	33.774
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	21	36
Lucro diluído por ação		0,92027	4,75683	0,92323	4,76190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.534	33.774	6.534	33.774
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	7.017	6.408
Provisão para riscos de créditos	-	-	99	2.571
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	150	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.631)	1.247
Participação de minoritários	-	-	21	36
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	637	611
Provisão (Reversão) para contingências	(700)	169	16.466	12.329
Provisão (Reversão) de encargos legais	-	836	-	836
Provisão para perda (Impairment)	9.635	-	9.635	-
Atualização de passivos tributários	-	-	20.623	12.350
Ajuste a valor presente	(265)	(73)	(265)	(73)
Ajuste trava cambial	-	-	1.524	(2.264)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.695)	(37.142)	-	-
	(5.491)	(2.436)	60.810	67.905
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	-	-	(17.450)	(12.228)
Estoques	-	-	(4.171)	(2.438)
Impostos a recuperar	2	-	(2.768)	(9.847)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(790)	263
Outros ativos	(2.251)	(3.882)	(2.371)	(4.007)
Depósitos judiciais	-	-	(254)	936
	(2.249)	(3.882)	(27.804)	(27.321)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	-	-	1.589	2.152
Obrigações tributárias	(18)	(17)	(7.644)	(14.152)
Salários e encargos sociais a pagar	(8)	10	1.745	(245)
Adiantamento de clientes	-	-	124	(4.169)
Provisão para contingências	-	-	(19.292)	(13.721)
Outras obrigações	(10)	117	10.145	(5.924)
	(36)	110	(13.333)	(36.059)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(7.776)	(6.208)	19.673	4.525
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(10.480)	(4.131)
Aquisições de intangíveis	-	-	(34)	(97)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(10.514)	(4.228)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(221)	(128)
Variação líquida com partes relacionadas	13.026	6.208	753	553
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	13.026	6.208	532	425
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.250	-	9.691	722
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	-	859	137
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.250	-	10.550	859
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.250	-	9.691	722

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Result. Abrang.	Reserva de Incentivos Fiscais	Patrim. Líquido	Particip. dos Não Control.	Patrim. Líquido Consol.
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.108	41.397	(539.101)	740	1.517	(375.339)	(370)	(375.709)
Lucro líquido do exercício	-	-	33.774	-	-	33.774	36	33.810
Ajuste de trava cambial	-	-	-	(2.262)	-	(2.262)	-	(2.262)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(3.816)	3.816	-	-	-	-	-
Reserva de subvenções governamentais	-	-	(2.276)	-	2.276	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.108	37.581	(503.787)	(1.522)	3.793	(343.827)	(334)	(344.161)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.534	-	-	6.534	21	6.555
Ajuste de trava cambial	-	-	-	1.522	-	1.522	-	1.522
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(514)	514	-	-	-	-	-
Reserva de subvenções governamentais	-	-	(2.441)	-	2.441	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.108	37.067	(499.180)	-	6.234	(335.771)	(313)	(336.084)

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	6.534	33.774	6.555	33.810
Outros resultados abrangentes	-	(1.522)	-	(1.522)
Resultado abrangente total	6.534	32.252	6.555	32.288
Atribuído aos acionistas controladores			6.534	32.252
Atribuído aos acionistas não controladores			21	36

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Receitas	-	-	394.345	348.945
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	390.679	343.218
Outras receitas	-	-	3.765	8.298
Provisão para riscos de créditos	-	-	(99)	(2.571)
Insumos adquiridos de terceiros	(9.236)	(1.530)	(201.512)	(153.927)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(168.623)	(131.710)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.236)	(1.530)	(32.889)	(22.217)
Valor adicionado bruto	(9.236)	(1.530)	192.833	195.018
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(7.017)	(6.408)
Valor adicionado líquido produzido	(9.236)	(1.530)	185.816	188.610
Valor adicionado recebido por transferência	22.896	40.911	6.448	18.107
Resultado de equivalência patrimonial	20.695	37.142	-	-
Receitas Financeiras	-	-	(916)	4.898
Outras	2.201	3.769	7.364	13.209
Valor adicionado total a distribuir	13.660	39.381	192.264	206.717
Distribuição do valor adicionado	13.660	39.381	192.264	206.717
Remuneração do Trabalho	374	320	123.084	117.841
Remuneração direta	291	246	101.294	96.422
Benefícios	83	74	16.069	14.984
FGTS	-	-	5.721	6.435
Remuneração do Governo	45	100	32.454	33.231
Federais	45	100	16.394	17.330
Estaduais	-	-	16.060	15.901
Remuneração Capitais de Terceiros	6.707	5.187	30.171	21.835
Juros	6.707	5.187	30.171	21.835
Outros	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprias	6.534	33.774	6.555	33.810
Lucro líquido do exercício	6.534	33.774	6.534	33.774
Participações de minoritários	-	-	21	36

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 12, 13 e 14), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/22	Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/22
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	17	67	17
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	198	84.340	15.627
Parcelamento - PERT	2017	-	-	47.276	9.303
Total		564	215	131.683	24.947

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos

negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as Demonstrações Contábeis devidamente auditadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 09 de março de 2023 as referidas demonstrações contábeis foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações

financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência

de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, "Impairment" e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa	-	-	6	4
Bancos - Conta Corrente	5.250	-	10.544	855
Total	5.250	-	10.550	859

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Mercado interno	-	-	51.868	46.155
Mercado externo	-	-	5.885	4.978
Numerários em trânsito	-	-	64.611	56.379
Trava Cambial	-	-	972	(1.524)
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.264)	(3.267)
Total	-	-	120.072	102.721

	31/12/22		31/12/21	
Vencidos				
Até 30 dias	12.023	10%	10.024	10%
De 31 a 60 dias	2	0%	233	0%
De 61 a 90 dias	57	0%	10	0%
De 91 a 120 dias	5	0%	19	0%
De 121 a 150 dias	6	0%	11	0%
De 151 a 180 dias	1	0%	4	0%
Acima de 180 dias	3.264	3%	3.267	3%
Sub-total	15.358	13%	13.568	13%
À vencer				
Até 30 dias	32.807	27%	27.189	26%
De 31 a 60 dias	10.560	9%	8.852	9%
Sub-total	43.367	36%	36.041	35%
À liquidar				
Numerários em trânsito (a)	64.611	54%	56.379	55%
Sub-total	64.611		56.379	
Provisão para perda esperada	(3.264)	-3%	(3.267)	-3%
Total	120.072	46%	102.721	45%

(a) O montante demonstrado no quadro acima como “À liquidar” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a respectiva conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio).

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Produtos prontos	-	-	3.282	2.021
Produtos em elaboração	-	-	154	163
Matérias primas	-	-	3.204	2.173
Materiais de embalagem	-	-	2.778	2.749
Materiais de manutenção	-	-	6.270	4.907
Estoque em poder de terceiro	-	-	789	293
Total	-	-	16.477	12.306

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
IRRF a recuperar	-	-	3	2
IRPJ e CSLL a recuperar	-	2	-	4
PIS e COFINS a recuperar	-	-	684	390
ICMS a recuperar	-	-	148	-
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	314	267
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	6.602	9.562
INSS a Compensar (b)	-	-	5.275	-
Circulante	-	2	13.026	10.225
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	298	331
Não Circulante	-	-	298	331

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 26 – Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacado neste relatório através da nota explicativa nº 28 – Receitas Financeiras.

Em março de 2022, foi realizado o pedido de habilitação dos créditos no valor de R\$ 3.187.565,74, o qual foi homologado no mês de abril de 2022. O referido crédito foi utilizado para a compensação de impostos correntes apurados no período.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cujo Plenário considerou que “*uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário*”, e em atendimento ao Ofício Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que indica a necessidade de uma robusta divulgação do tema, a Companhia informa que está realizando todos os levantamentos necessários a fim de avaliar os possíveis impactos de tal decisão. Informa ainda que até a publicação das demonstrações contábeis não foram identificados pelos assessores jurídicos da Companhia, impactos relevantes sobre este tema.

b) Crédito de INSS a compensar

O montante de R\$ 5.275, registrado na rubrica “INSS a compensar” refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até 06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram “indébitos tributários”, gerando um crédito para a Companhia, o qual será utilizado no decorrer dos próximos meses para abatimento de dívidas federais.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Adiantamentos	-	-	5	172
Consórcios contemplados	-	-	1.128	964
Despesas antecipadas	-	-	207	167
Circulante	-	-	1.340	1.303
Agostinho Carrer Part. Ltda	15.769	13.253	15.769	13.253 (i)
Provisão para perda (Impairment)	(9.635)	-	(9.635)	-
Outros	-	-	3.443	3.360
Não Circulante	6.134	13.253	9.577	16.613

(i) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A e Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, o qual envolveu todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens).

Em fevereiro de 2020 houve penhora no rosto dos autos, sendo expedida ordem para devedora depositar judicialmente o valor das parcelas, todavia, meses depois, devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou que devido à crise do setor avícola iriam utilizar do prazo de carência previsto no contrato, suspendendo os pagamentos pelo período de 03 meses. Posteriormente, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas e através de aditivo ao acordo, a suspensão parcial do pagamento das parcelas pelo período de 04 meses, ficando acordado a obrigação de depositar judicialmente o valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor. Por fim, a suspensão neste mesmo formato foi mantida nos meses seguintes, por meio da celebração de termos aditivos ao acordo, sendo o último firmado em outubro de 2023 prevendo a suspensão do pagamento das parcelas pelo período de 6 meses.

Entretanto, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora em suas demonstrações contábeis, a Companhia, optou por manter no balanço apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134.

Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2022 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(243.498)	(88.310)	(331.808)
+/- Equivalência Patrimonial	15.189	5.506	20.695
+/- Ajuste reflexo da trava cambial - NBC TG 48	1.117	405	1.522
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(227.192)	(82.399)	(309.591)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/22			31/12/21		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.391	(6.320)	5.071	11.390	(6.319)	5.071
Outros	290	(205)	85	315	(209)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.775	(12.918)	25.857	38.799	(12.921)	25.878

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2022 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/21					31/12/22
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	-	-	5.071
Outros	106	-	(21)	-	-	85
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.878	-	(21)	-	-	25.857

No quando a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2022:

		Valor contábil	Valor justo	Unidade
		31/12/2022	31/12/2022	Alugada
Abatedouro Frigorífico de Suínos	Armazem - SC	3.850	5.230	Não
Fábrica de Embutidos	Jaraguá do Sul - SC	1.346	13.346	Sim
Abatedouro Frigorífico de Aves	Passo Fundo - RS	8.877	12.774	Sim
Comercialização de Ovos	Lajeado - RS	4.166	6.066	Sim
Granjas	Cruzeiro - RS	2.462	6.921	Não
Total em Prédios e Terrenos		20.701	44.337	
Máquinas e Equipamentos	N/A	5.071	-	
Outros	N/A	85	-	
Total		25.857	44.337	

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico, devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada.

O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 769 para o exercício de 2022 (R\$ 398 referente exercício de 2021), conforme apresentado em nota explicativa nº 26 - Outras Receitas Operacionais.

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/22			31/12/21		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	78.936	(27.452)	51.484	74.324	(26.232)	48.092
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	62.332	(41.939)	20.393	66.388	(44.035)	22.353
Moveis e utensílios	8,33%	3.229	(1.419)	1.810	5.150	(3.728)	1.422
Computadores e periféricos	33,33%	2.326	(1.170)	1.156	2.681	(1.338)	1.343
Veículos	20,00%	892	(738)	154	891	(692)	199
Imobilizações em andamento	-	2.123	-	2.123	785	-	785
Outros	-	14	(14)	-	13	(13)	-
Total		165.445	(72.732)	92.713	165.825	(76.038)	89.787

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em				Saldo em	
	31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	31/12/22
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	48.092	187	(1)	(2.119)	5.325	51.484
Maquinas e equipamentos	22.353	651	(420)	(4.175)	1.984	20.393
Moveis e utensílios	1.422	765	(155)	(268)	46	1.810
Computadores e periféricos	1.343	195	(37)	(373)	28	1.156
Veículos	199	-	-	(45)	-	154
Imobilizações em andamento	785	8.722	(1)	-	(7.383)	2.123
Total	89.787	10.520	(614)	(6.980)	-	92.713

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/22			31/12/21		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	437	(281)	156	679	(478)	201
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		585	(281)	304	827	(478)	349

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Amort.	Transf.	Saldo em
	31/12/21	Adições	Baixas			
Softwares	201	34	(2)	(77)	-	156
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	349	34	(2)	(77)	-	304

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Provisões de férias e 13º salário	-	-	9.181	7.718
Salários / Pró-labore a pagar	148	156	3.756	3.272
Rescisões a pagar	-	-	50	44
Outras obrigações a pagar	-	-	2.578	2.786
Total	148	156	15.565	13.820

13 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
INSS a recolher	10	12	265.890	258.171
FGTS a recolher	-	-	3.899	3.693
IRRF a recolher	9	3	648	458
IRPJ a recolher	-	-	101.635	98.206
CSLL a recolher	-	1	38.565	37.074
COFINS a recolher	-	-	49.296	47.152
PIS a recolher	-	-	10.519	10.059
Impostos Retidos	-	-	34	27
ICMS a recolher	-	-	1.100	1.791
Outros	-	-	4.804	4.668
Total	19	16	476.390	461.299

A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/12/22			31/12/21		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.531	264.359	265.890	1.354	256.817	258.171
FGTS a recolher	839	3.060	3.899	735	2.958	3.693
IRRF a recolher	648	-	648	458	-	458
IRPJ a recolher	787	100.848	101.635	1.678	96.528	98.206
CSLL a recolher	292	38.273	38.565	621	36.453	37.074
COFINS a recolher	-	49.296	49.296	-	47.152	47.152
PIS a recolher	-	10.519	10.519	-	10.059	10.059
Impostos Retidos	34	-	34	27	-	27
ICMS a recolher	6	1.094	1.100	457	1.334	1.791
Outros	55	4.749	4.804	54	4.614	4.668
	4.192	472.198	476.390	5.384	455.915	461.299

14 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
PERT (a)	-	-	1.406	1.274
Lei 12.996/14 (b)	21	23	2.252	2.100
Lei 11.941/09	4	6	4	6
FGTS	-	-	742	711
ICMS	-	-	111	268
Ordinário	-	-	1.632	3.027
Circulante	25	29	6.147	7.386
PERT (a)	-	-	7.897	8.432
Lei 12.996/14 (b)	177	188	13.375	14.557
Lei 11.941/09	13	19	13	19
FGTS	-	-	4.683	5.141
ICMS	-	-	13	180
Ordinário	-	-	2.571	1.096
Não Circulante	190	207	28.552	29.425

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2021	(15.916)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2021	2.137
Saldo remanescente em 31/12/2021	9.706
(+) Atualização Selic de Jan-22 até Dez-22	777
(-) Pagamentos efetuados de Jan-22 até Dez-22	(1.180)
Saldo remanescente em 31/12/2022	9.303
Circulante	1.406
Não circulante	7.897

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	RS
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/22	(12.273)
Saldo remanescente em 31/12/2022	15.627
Circulante	2.252
Não circulante	13.375

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
Diferimento até 31/12/2022		(5.751)	(2.070)	(7.821)
(A) = Saldo em 31/12/2022		10.992	3.957	14.949

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2022 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 31/12/2022		(1.418)	(511)	(1.929)
(B) = Saldo em 31/12/2022		2.470	889	3.359
(A + B) = Saldo em 31/12/2022		13.461	4.846	18.307
Circulante		1.079	389	1.468
Não circulante		12.383	4.457	16.839
Consolidado				
		31/12/22	31/12/21	
IRPJ diferido		1.079	1.876	
CSLL diferido		389	676	
Circulante		1.468	2.552	
IRPJ diferido		12.382	12.784	
CSLL diferido		4.457	4.602	
Não circulante		16.839	17.386	

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

15.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Resultado antes do IR e CS	6.534	33.774	12.992	42.679
Aliquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	2.222	11.483	4.417	14.511
Resultado de participações societárias	(7.036)	(12.628)	-	-
Provisão para perda - Impairment	3.277	-	-	-
Contingências	(238)	58	(1.699)	621
Verbas indenizatórias	(765)	(1.320)	(765)	(2.797)
Diferença de depreciação	-	-	462	124
Variação cambial	-	-	499	(955)
Subvenções governamentais	-	-	-	(776)
Diferenças temporárias	-	-	(1.630)	1.247
Compensação com PF e BN	-	-	-	(3.350)
Provisão de devedores duvidosos	-	-	34	869
Outros	(73)	297	2.622	(625)
Despesa efetiva de IR e CSLL	(2.614)	(2.110)	3.940	8.869
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	1.630	(1.247)
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(8.067)	(7.622)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	30%	21%

16 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 22 de abril de 2022 da seguinte forma:

- a) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 2.500 mil.

Quanto a remuneração global anual dos administrados da Minupar Participações S.A., também fixada na assembleia geral ordinária realizada em 22 de abril de 2022, na qual deliberou-se pela aprovação da remuneração global anual de R\$ 300 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no ano de 2022, em comparação ao ano de 2021:

	31/12/22		31/12/21	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	229	229	190	190
Diretoria executiva	60	2.250	69	1.463

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	125	54
Total	5.777	5.777	125	54
Passivo não circulante	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	5.367	11.498
Companhia Minuano	13.393	7.323	-	-
Acionistas e outros	28.360	21.404	28.359	21.404
Total	41.753	28.727	33.726	32.902

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

17 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/22			31/12/21		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	9.868	(4.668)	5.200	11.673	(5.312)	6.361
Cível	4.838	(1.908)	2.930	5.624	(1.010)	4.614
Tributária	181	-	181	416	-	416
Total	14.887	(6.576)	8.311	17.713	(6.322)	11.391

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
	31/12/2021			31/12/2022
Contingências Trabalhistas	11.674	4.772	(6.578)	9.868
Contingências Tributárias	416	98	(333)	181
Contingências Cíveis	5.624	424	(1.209)	4.838
Total	17.713	5.294	(8.120)	14.887

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2022, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 102.339 (R\$ 99.477 em 31 de dezembro de 2021), destes, R\$92.393 (R\$ 91.404 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza cível e R\$ 9.946 (R\$ 8.073 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo classificado com probabilidade de risco de perda “possível” refere-se à ação nº 017/1.13.0002978-6, de natureza cível, que discute o pagamento de honorários contratuais de sucesso referente a apuração de crédito prêmio de IPI sobre exportações, o montante atualizado desta contingência é de R\$ 81.886,

e foi motivo de fato relevante, divulgado no dia 05 de março de 2020, devido a decisão desfavorável em primeira instância.

Todavia, em fevereiro de 2023, após interposição de recurso de apelação, foi proferido julgamento pelo tribunal de justiça do rio grande do sul para reformar a sentença e absolver a Companhia do pagamento daqueles honorários, sob o fundamento de que restou provado nos autos que os créditos apurados nunca foram homologados ou legitimados pela Receita Federal do Brasil, de modo que não houve qualquer proveito econômico pela Companhia, consequentemente inexistindo êxito em relação ao serviço prestado pela empresa de consultoria.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia e, de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos, está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que não se esgotaram os recursos legais na esfera judicial, contudo, sabendo-se que restam medidas excepcionais para instâncias extraordinárias, a Companhia entende que é pouco provável uma futura saída de recursos

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 13 e 14.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, os quais inicialmente estavam classificados na coluna de “Reserva de Lucros”, e passaram a ser demonstrados na coluna de “Outros resultados abrangentes”.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a

apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2022, que indica o montante de R\$ 72.361 Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,25, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 70.938.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	10.090	5,3134	53.613	972	54.585
Recebíveis sem trava	3.422	5,2171	17.855	-	17.855
Total	13.512		71.468	972	72.440

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

	<u>31/12/22</u>	<u>Selic estimada</u> 12,75%
INSS a recolher	265.890	299.791
FGTS a recolher	3.899	4.396
IRRF a recolher	648	731
IRPJ a recolher	101.635	114.593
CSLL a recolher	38.565	43.482
COFINS a recolher	49.296	55.581
PIS a recolher	10.519	11.860
Impostos Retidos	34	39
ICMS a recolher	1.100	1.240
Outros	4.804	5.417
	476.390	537.130

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2023, que foi de 12,75%.

21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	<u>31/12/22</u>			<u>31/12/21</u>		
	<u>Mercado</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>
	<u>Interno</u>	<u>Externo</u>		<u>Interno</u>	<u>Externo</u>	
Receita bruta de produtos e serviços	280.551	110.853	391.404	250.614	93.194	343.808
(-) Impostos	(24.939)	-	(24.939)	(23.575)	-	(23.575)
(-) Devoluções	(407)	(318)	(725)	(267)	(322)	(589)
Receita líquida de produtos e serviços	255.205	110.535	365.740	226.772	92.872	319.644

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

22 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Salários	-	-	69.854	67.044
Matérias primas	-	-	54.321	48.228
Encargos sociais	-	-	17.012	17.162
Energia elétrica	-	-	17.864	16.259
Manutenção Industrial	-	-	14.170	12.882
Benefícios a empregados	-	-	14.207	14.204
Depreciações	-	-	6.597	6.027
Férias e 13º salário	-	-	15.017	13.259
Serviço de terceiros	-	-	12.340	9.317
Materiais de embalagem	-	-	24.961	22.247
Combustíveis e lubrificantes	-	-	4.980	2.450
Locações/Aluguéis	-	-	2.410	2.331
Indenizações trabalhistas	-	-	85	50
Equipamento de proteção	-	-	2.561	3.650
Taxas e encargos legais	-	-	247	280
Análises laboratoriais	-	-	1.454	1.387
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	1.383	983
Outros gastos	-	-	2.036	1.823
Total	-	-	261.500	239.583

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Salários	291	242	5.862	4.764
Serviço de terceiros	209	335	2.232	2.728
Encargos sociais	58	48	1.048	1.109
Benefícios a empregados	24	32	2.188	1.241
Depreciações	-	-	413	374
Férias e 13º salário	-	-	1.005	911
Manutenção predial	-	-	197	178
Viagens e estadias	8	21	74	51
Taxas e encargos regulatórios	44	98	124	182
Publicidade e propaganda	38	161	47	195
Energia elétrica	-	-	107	107
Outros gastos	45	8	1.053	659
Total	717	945	14.350	12.499

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Frete Marítimo - Mercado Externo	-	-	17.420	8.209
Frete Porto - Mercado Externo	-	-	2.942	1.936
Frete rodoviário - Mercado Interno	-	-	3.193	2.332
Custos aduaneiros	-	-	3.208	2.497
Salários	-	-	759	609
Serviço de terceiros	-	-	121	257
Publicidade e propaganda	-	-	342	431
Comissões sobre vendas	-	-	1.064	879
Provisões para perda	-	-	99	2.571
Encargos sociais	-	-	169	125
Telefonia	-	-	96	89
Análises laboratoriais	-	-	12	11
Férias e 13º salário	-	-	167	129
Depreciações	-	-	7	7
Outros gastos	-	-	362	326
Total	-	-	29.961	20.408

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Despesas legais e regulatórias	-	836	923	1.439
Provisões para Contingências	(700)	170	(2.826)	(6.415)
Despesas com processos judiciais (a)	-	-	18.237	13.321
Custo na alienação de ativos	-	-	571	38
Reversão de créditos tributários	-	-	225	197
Despesas fábricas inativas	-	-	118	185
Provisão para perda (Impairment) (b)	9.635	-	9.635	-
Despesas Gerais	1	-	72	112
Total	8.936	1.006	26.955	8.877

- a) O principal processo que compõe o montante de R\$ 18.237 apresentado na rubrica de “Despesas com processos judiciais”, refere-se à processo de natureza cível, em que as partes firmaram acordo no montante de R\$ 11.000 em fevereiro de 2023.
- b) O valor de R\$ 9.635 apresentado na rubrica de “Provisão para perda (Impairment)” refere-se a provisão para perdas relacionada ao processo em nome de Agostinho Carrer Participações S.A., em razão do ajuste para a manutenção apenas dos valores que já estão depositados em juízo, conforme descrito em nota explicativa nº 8 - Outros Ativos.

26 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Créditos Fiscais	-	-	245	1.108
Acordo Nova Araça (Agostinho Carrer)	2.250	3.883	2.250	3.883
Venda de sucata e lenha	-	-	156	163
Receita de aluguel	-	-	769	398
Subvenções Governamentais	-	-	2.443	2.280
Crédito ICMS na base PIS e COFINS	-	-	-	5.343
Recuperação de Despesas	1	3	5.089	4.230
Total	2.251	3.886	10.952	17.405

27 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	66	122	19.097	7.557
Juros de operações com partes relacionadas (b)	6.956	5.250	9.465	9.247
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	11	12
Despesas/Tarifas Bancárias	-	-	226	208
Descontos financeiros concedidos	-	-	565	511
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	150	80
Variações cambiais passivas	-	-	17.204	8.828
Encargos legais	-	-	973	4.404
Ajuste a Valor Presente	(265)	(73)	(265)	(72)
Outras despesas financeiras	3	4	24	5
Total	6.760	5.303	47.450	30.780

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 16.

28 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Variações cambiais ativas	-	-	15.887	13.518
Descontos financeiros obtidos	-	-	58	112
Outras receitas financeiras	1	-	344	97
Juros de créditos Fiscais (a)	-	-	227	4.219
Total	1	-	16.516	17.946

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS, conforme indicado na nota explicativa nº 7.

29 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o exercício de 2022:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	205.329	178.021	186.075	165.787	-	-	391.404	343.808
Impostos e devoluções	(23.405)	(22.106)	(2.259)	(2.058)	-	-	(25.664)	(24.164)
Receita líquida	181.924	155.915	183.816	163.729	-	-	365.740	319.644
Custos	(114.471)	(101.542)	(147.029)	(138.041)	-	-	(261.500)	(239.583)
Lucro bruto	67.453	54.373	36.787	25.688	-	-	104.240	80.061
Despesas administrativas	-	-	-	-	(14.350)	(12.499)	(14.350)	(12.499)
Despesas com vendas	(29.961)	(20.408)	-	-	-	-	(29.961)	(20.408)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(17.320)	(9.046)	(17.320)	(9.046)
Provisão para perda (Impairment)	-	-	-	-	(9.635)	-	(9.635)	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	10.952	17.405	10.952	17.405
Resultado antes dos efeitos financeiros	37.492	33.965	36.787	25.688	(30.353)	(4.140)	43.926	55.513
Despesas financeiras	-	-	-	-	(47.450)	(30.780)	(47.450)	(30.780)
Receitas financeiras	-	-	-	-	16.516	17.946	16.516	17.946
Resultado antes dos tributos	37.492	33.965	36.787	25.688	(61.287)	(16.974)	12.992	42.679
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.630	(1.247)	1.630	(1.247)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(8.067)	(7.622)	(8.067)	(7.622)
Resultado líquido do exercício	37.492	33.965	36.787	25.688	(67.724)	(25.843)	6.555	33.810
							Atribuído a acionistas não controladores	21
							Atribuído a acionistas controladores	6.534
								36
								33.774

30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/22	31/12/21
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	6.555	33.810
Resultado diluído por ação	0,92323	4,76190

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Outras informações

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2022, as controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, elegeram a nova Diretoria para ambas empresas, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor. Na mesma data ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, na qual foi eleita a seguinte composição para a Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Sr. Tiago Silveira do Pinho e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge, todos como Diretores.

Também em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2022, a Companhia elegeu seu Conselho de Administração, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: André Rafael de Oliveira, Francisco Asclépio Barroso Aguiar, Cynthia Christina da Silva Vello, Chao Em Hung e Margareth Schacht Herrmann. Também instalou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: Celso Cândido Filho, Henrique Barcelos Ercoli e Maria Elvira Lopes Gimenez como Conselheiros Efetivos, e seus suplentes, respectivamente, Amanda Lopes Gimenez Masseu, Maria Aparecida Gomes Siqueira e Murici dos Santos.

No dia 28 de abril de 2022 foi realizada a primeira Reunião do novo Conselho de Administração em conjunto com o Conselho Fiscal, os quais tomaram posse. Na oportunidade, foram nomeados os membros da Diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo reconduzidos aos cargos os Senhores Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, e Fernando Ataíde Silva Jorge, como Diretor de Relação com Investidores.

No dia 28 de outubro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, com grande pesar, que a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Diretora das empresas controladas, eleita na Assembleia Geral Ordinária de 22 abril de 2022, faleceu em 27 de outubro de 2022. Com isso, em 17 de novembro de 2022 foi realizada Assembleia Extraordinária nas controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos que elegeram a Sra. Margareth Schacht Herrmann para cumprir o restante dos mandatos vagos na Diretoria das empresas.

Por fim, em 14 de dezembro de 2022 a Companhia realizou Assembleia Extraordinária elegendo a Sra. Livia Toshie Suguita Chao para o cargo vago de Conselheira de Administração, a qual tomou posse em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de dezembro de 2022, mesma oportunidade em que a Sra. Margareth Schacht Herrmann foi eleita como Vice-Presidente do órgão.